

CAMINHOS DO CLERO BRASILEIRO: o ministério de brasileiros

Antônio Silva Pinto

Os estudiosos, que querem compreender a Igreja no Brasil, perguntando se houve clero brasileiro, qual a sua formação e os caminhos de sua vida pessoal e pastoral, sofrem de uma penúria dolorosa de informação extensa e documentada. O homem brasileiro que se sentisse chamado à missão sacerdotal numa terra disputada pela colonização e cristianização como foi o Brasil dos três primeiros séculos é para nós um desconhecido. Nossa curiosidade não se satisfaz com as descrições abundantes e ricamente documentadas que nos permitem agradecer a tantas vidas missionárias enviadas generosamente pelo idealismo dinâmico e heróico dos que vieram de fora. São raros os estudos que desvendam o serviço religioso oficial com a ascendência de onde vêm, as peripécias de formação por que passaram, os caminhos e problemas de seu desenvolvimento, quais as suas obras, os seus projetos, os seus sucessos, os seus erros e os desastres que os atingiram, deixando luzes e sombras na avaliação que podemos ter quanto a seu ministério. Alguma coisa fizeram, pois o Brasil viveu católico.

O autor desse livro é respeitado como excelente conhecedor da história brasileira e como fino analista dos dados que tem em mãos como foi mostrado nas várias obras que escreveu. Um de seus grandes méritos é a coragem de correr atrás de *um personagem que não teve vitórias de grandes poderosos*, embora seja certamente um modelo ativo e inteligente de padre que usa todos os recursos que lhe permitem desenvolver a

época confusa em que se constrói sua existência dentro de sua condição pessoal de líder e de mameluco. Sua existência complicada e cheia de surpresas, esmiuçada e documentada permite sentir seus impulsos e suas angústias, sua sinceridade e bondade enredadas nos contrastes de pluralidade de propostas de uma nacionalidade que junta várias etnias e políticas com as intransigências de poderes comerciais, religiosos e governos colonialistas.

Manuel de Moraes nasceu em São Paulo lá pelos anos de 1596 e era filho do mameluco Francisco Velho. Desse pai, o menino não conhece a ascendência certamente indígena, mas devia saber que fora um dos heróis da batalha de 17 de julho de 1566 que venceu os franceses com muita alegria de Estácio de Sá, e que pôde ser enterrado no convento dos jesuítas em São Paulo, como foi seu último desejo. Sua mãe, de legítima família portuguesa que remontava ao menos do século XI, ele conhece bem com avós, tios, primos. Mas ele nasceu mestiço *como se via pelos olhos de chinês, um homem alto, magro, preto e feio* com irmãos bandeirantes, quatro deles irmãos de sangue e um irmão do segundo casamento do pai. Em São Paulo nasceu na briga entre os padres e os caçadores de índios e ele viveu muitos costumes indígenas. Escolheu ser jesuíta, como o farão três sobrinhos seus, por gosto por igreja e por tendência aos estudos. Aos 17 anos foi para o colégio jesuíta da Bahia onde assumiu os três votos religiosos e foi ordenado em 1622 ou 1623 (ano em que o futuro Pe. Antonio Vieira entrava no colégio de onde ele saiu). Foi um dos poucos naturais a chegar ao sacerdócio e brilhava por ter aprendido bem a teologia, a moral e as línguas do latim, do português e dos indígenas.

Sendo um dos 400 religiosos de Pernambuco em 1623, destacou-se como excelente missionário, conquistando os índios com quem trabalhava e teve como lugar tenente a Felipe Camarão. Sendo também um administrador notável pôs-se à serviço da vida dos aldeados com quem se sentia ligado. Quando chegaram as notícias de nova invasão holandesa, foi convidado por Matias de Albuquerque em fins de 1629 a prevenir-se contra a guerra que chegou a Olinda em 16 de fevereiro de 1630. Seus índios tornam-se defensores dos portugueses e o paulista-bandeirante não consegue dirigir a guerra sem envolver-se nela. O capelão torna-se capitão de emboscada com habilidade na resistência. Mas um primo de Felipe Camarão, Pedro Potí (camarão em Tupi), junta-se aos holandeses, aprende a língua deles e põe-se a serviço dos novos conquistadores, dividindo assim os grupos dos antigos habitantes do Brasil. Potí, calvinista, cai prisioneiro dos portugueses na segunda batalha dos Guararapes em 19 de fevereiro de 1649, morrendo quando, prisioneiro, viajava para Lisboa em 1652.

O Pe. Manoel que conseguia vitórias na retirada foi se tornando azedo para os jesuítas pois seu sucesso guerreiro não combinava com sua função sacerdotal e para os poderosos militares que não puderam vencer os holandeses. Atrévidamente, em 1631, ele escreve ao rei da Espanha, Felipe IV falando do que fazia e criticando o que via. Essa ousadia fez o rei escrever recomendações aos jesuítas e aos militares. Infelizmente as derrotas sofridas através das conquistas holandesas nos anos seguintes davam aos novos colonizadores o direito de propor pazes com os habitantes, salvaguardando suas vidas, prometendo justiça e liberdade religiosa, sem obrigação de lutarem os habitantes a favor dos novos conquistadores. O bispo da Bahia e o superior dos jesuítas exigiram que todos os padres saíssem do território dos hereges. Manoel entregou-se aos flamengos no final do ano de 1634 e ajudou-os com dados sobre índios e fazendas, o que permitiu a amigos serem poupados e a inimigos o culparem com ódio. Perto da Semana Santa de 1635, o mameluco viaja para Amsterdã como *conselheiro*.

Cheio de desejos de progredir na Europa, o já ex-padre fez um plano de organização do Brasil para os holandeses que foi usado como seu projeto, mas dele eles se descartaram. Sozinho e maltratado, ficou doente e o mandaram para uma cidade do interior para curar-se. Em fins de 1636 casou-se com celebração calvinista, teve um filho mas estava viúvo em 1638. Nesse tempo produziu uma *Historia brasiliensis*, muitas vezes citada por historiadores europeus que a leram, mas que nunca foi editada. Em 1640 é, enfim, registrado na faculdade de teologia calvinista, pode ter o seu diploma e casou uma segunda vez com rito calvinista com a vendedora de livros da Universidade cuja beleza era notável, o que permite pensar que o moreno alto não era de se desprezar. Soube cuidar muito bem dela e das filhas.

O autor julga que, nessas circunstâncias, o ex-padre Manoel já fosse calvinista pelo estudo, mas reconhece que, muitas vezes, ele ia a Amsterdã para assistir missas em *recaídas* católicas. Infelizmente para Manoel, havia gente católica que o via ou ouvia sobre ele coisas da Holanda e o acusava em Portugal e no Brasil perante a Inquisição. Foi *despedido* da Companhia de Jesus desde 1636 e foi condenado à fogueira em 25 de agosto de 1641 e, na sua ausência, queimou-se um boneco de palha no dia 06 de abril de 1642. Por sorte de Manoel, o rei de Portugal, agora desligado da Espanha, era inimigo dos membros do Santo Ofício e ele tentou junto ao rei licença de voltar ao Brasil. Não lhe deram muita importância. Ele buscou outro caminho e, deixando para trás mulher e filhas e tendo *recebido* perdão e proteção de um núncio papal não conhecido, consegue voltar ao Brasil em 2 de dezembro de 1643, *financiado pelos holandeses como fazendeiro produtor de Pau Brasil*. Organizou sua vida e chegou a ser considerado pelo bom número de escravos quase todos casados e com

uma escrava solteira e inteligente que agia como a administradora da sua produção. Tornou-se católico fervoroso. Quando os holandeses começaram a perder terreno, ele já pregava contra o calvinismo. Mas foi preso em julho de 1645 pelos chefes da revolução anti-holandesa porque o temiam, mas, após uma conversa, *libertam-no e ele, com coroa na cabeça, cortou a barba*, foi nomeado como capelão e, *com atuação espetacular*, foi considerado herói na vitória do monte das Tabocas em 3 de agosto de 1645.

O *capelão* fazendeiro, herói dos amigos que sempre o defenderam, odiado pelos inimigos, sabia que teria de enfrentar a Inquisição e preparou sua defesa e sua mala de viagem. Mas seus inimigos preferiram prendê-lo na fazenda de maneira confusa. Continua ainda a receber visitas e documentos dos amigos, mas parte para Lisboa em 5 de janeiro de 1646 onde foi encarcerado. Seu processo foi um julgamento comum no tempo: quem queria sair vivo e menos prejudicado, juntava desculpas e elogios com acusação a outros... os juizes, querendo saber máximo sobre ele e os outros possíveis réus, juntam papéis de todas as origens, mas com muita delação. O livro apresenta detalhes. No fim, ele foi considerado como ator de heresias por seus casamentos abençoados por calvinistas e, portanto, como capaz de absolvição, com obrigação de sair em auto de fé, passar tempo no cárcere e depois fazer uso perpétuo do hábito penitencial. Como estava doente, saiu do cárcere, mas obrigado a ficar em Lisboa. Tudo lhe foi confiscado, o que o deixou mendigo, mas capaz de pensar e escrever e o fez em 1647 contra os que propunham dar uma parte do Brasil aos holandeses... Depois, Manoel desaparece, sem data e sem local de sua morte: há quem fale, mas sem documentação.

O livro de Vainfas é uma riqueza para a história do ministério dos brasileiros desse tempo, pelos dados concretos que apresenta. A documentação é de primeira mão. Os detalhes são apresentados com maestria. O estudo apaixonante para a teologia e a pastoral dos ministérios na Igreja do Brasil: ele não foi o único padre brasileiro que teve de viver sua personalidade de mestiço claramente indígena no meio de um clero e as várias etnias brancas privilegiadas num Brasil ainda confuso com mercadores espanhóis, portugueses e holandeses e um cristianismo que se reformava em evolução. Diante da riqueza que nos traz o autor com sua preciosa e nova informação, temos apenas uma dúvida: o biografado é chamado de traidor e camaleão. Seria essa a visão justa ou isso seria um pouco de análise com tendência que julga através de medidas mais rigorosas para com o mameluco? Os brancos de qualquer uma das três etnias que tinham o poder tiveram comportamentos semelhantes e não recebem os mesmos apelidos. Talvez essa condição de brasileiro merecia ser levada em conta.